



DIRETORIA JURÍDICA

Parecer

PROJETO DE LEI Nº 68/2024

RELATÓRIO

Subscrito pelo Poder Executivo, é o Projeto de Lei nº 68/2024 que *"Dá nova redação aos artigos 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º; e, 9º, da Lei Municipal nº 3.348, de 14 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2024."*

Acompanha o projeto um documento contendo as tabelas de receitas e despesas previstas para a Administração Direta e Indireta.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

ANÁLISE JURÍDICA

A Lei Orçamentária Anual, aprovada no ano anterior, consigna créditos orçamentários para execução no decorrer do exercício vigente, ou seja, demonstra de qual modo serão arrecadados e gastos os recursos públicos.

Durante a fase de planejamento e elaboração da proposta orçamentária do Município, são realizadas estimativas das receitas a serem auferidas no ano vindouro, seguindo-se os critérios definidos na Constituição Federal e nas Leis, em especial o quanto previsto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal¹.

As estimativas das receitas constituem uma fase importantíssima do processo de elaboração do orçamento, tendo em vista que as despesas públicas, para se realizarem, dependem dessa arrecadação estimada.

Os órgãos e secretarias programam suas ações, com base nos objetivos dos programas de governo, de maneira que as despesas se compatibilizem com a previsão de receitas, sendo demonstradas e descritas de forma criteriosa e minuciosa em quadros e anexos.

¹ Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.



Finalizada essa fase, é elaborada a proposta de Lei Orçamentária, a qual revela de **forma resumida e sucinta aquilo que os quadros e os anexos preveem** como despesas e receitas para o ano subsequente, sendo submetida a proposta à Câmara Municipal.

E assim foi feito pelo Poder Executivo, o qual detém a iniciativa para a proposição de projeto desta natureza, tendo apresentado o Projeto de Lei nº 44/2023, que traz o orçamento para o ano de 2024.

Contudo, denota-se que por um lapso, a encaminhar a proposta, o proponente encaminhou os quadros e anexos corretos, porém se esqueceu de alterar os valores expostos no corpo da Lei, os quais contém referência aos valores do orçamento já executado (ano de 2023), com a receita e a despesa orçamentária estimada em R\$ 325.067.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões e sessenta e sete mil reais), quando os quadros remetem ao valor de R\$ 285.542.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões e quinhentos e quarenta e dois mil reais).

Desta feita, verifica-se a ocorrência de **erro de ordem técnica**, passível de correção, sem qualquer implicação ou alteração nas bases de cálculo utilizadas, **não consistindo em reestimativa de valor**, o que também seria possível em caso de constatação pretérita pela Câmara Municipal, conforme autoriza o §1º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 12. (...)

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

O fato de o orçamento já estar em execução não traz qualquer ilegalidade, isto porque, conforme dito acima, a alteração da redação da lei não promove qualquer alteração nas dotações, bem como não macula o dever de execução das programações orçamentárias, as quais se mantêm intactas nos quadros que acompanham a Lei já aprovada.

Frise-se que não se trata de anulação, cancelamento, redução ou suplementação das dotações orçamentárias ou de movimentação de recursos, que exigem meios próprios para sua realização durante a execução do orçamento, tais como abertura de créditos adicionais, transposição, remanejamento ou transferência de recursos, sendo inaplicável qualquer dispositivo neste sentido.



Feitas tais considerações e tratando-se de erro material de escrita, incapaz de por si só promover qualquer repercussão de fato no orçamento vigente, esta Diretoria Jurídica opina pela regular tramitação do projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Diretoria Jurídica opina pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** do projeto.

Recomenda-se, outrossim, o encaminhamento do Projeto às três Comissões Permanentes.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 30 de janeiro de 2024.

Josias Freitas de Jesus Rosado

Diretor Jurídico

OAB/SP nº 376.715